



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Reunião Ordinária / Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0539/15	DATA: 12/05/2015	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 17h34min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDSON CARDOSO - Professor do Programa de Pós-Doutorado em Educação da Universidade Metodista de São Paulo. Jornalista, militante da igualdade racial.

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos. Exposição e debates sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 5 de maio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Luiz Couto.

A pauta da reunião de hoje prevê a realização de audiência pública para exposição do Prof. Edson Lopes Cardoso, da Universidade Metodista de São Paulo, e prevê a aprovação de alguns requerimentos.

Podemos começar com a audiência pública? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Fica mais fácil começarmos com os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Submeto à apreciação da Comissão os requerimentos da pauta.

Requerimento nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Delegado Edson Moreira, que *“requer que sejam convidados os Diretores-Gerais e Diretores de Departamentos de Homicídios das Polícias Cíveis dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais no plenário da CPI de Jovens Negros e Pobres”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, é bom ouvirmos os diretores para sabermos como andam as apurações dos homicídios contras os jovens negros e pobres e qual é o número exato desses homicídios, para que possamos discutir plenamente aqui e consigamos encontrar uma solução e até uma orientação para um futuro projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Consulto se algum Deputado quer encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 42, de 2015.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Requerimento nº 43, de 2015, de autoria do Deputado Luiz Couto, que *“requer que seja convidado para participar de audiência pública desta CPI o Sr. Eduardo de Lima Veiga, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, para contribuir com a Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens Negros e Pobres”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, por falha da nossa assessoria, veio escrito “convidada” em vez de “convidado”. Solicito a correção.

O requerimento é no sentido de chamar o Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais para que, em nome dos Procuradores-Gerais, possa trazer contribuição para esta CPI. Nesse sentido, eu solicito a aprovação por parte dos Srs. Parlamentares presentes nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Feitas as correções propostas pelo autor do requerimento, consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, Sr. Presidente. Eu gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Há anuência do autor do requerimento?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - O requerimento é subscrito pelo Deputado Jean Wyllys.

Em votação o Requerimento nº 43, de 2015.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 44, de autoria do Deputado Luiz Couto, que *“solicita seja convidado para participar de Audiência Pública desta CPI o Exmo. Sr. Arthur Chioro, Ministro de Estado Chefe do Ministério da Saúde, da Presidência da República”*, para contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Luiz Couto.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito a alteração de “convidada” para “convidado”.

O Ministério da Saúde tem sido uma fonte inesgotável para a questão das mortes, que foram colocadas inclusive no Mapa da Violência. É importante que o Ministro da Saúde possa trazer não só a questão dos jovens negros e pobres que foram assassinados, mas também dados sobre outros jovens que sofreram outros tipos de violência. Nesse sentido, nós solicitamos a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Agradeço ao autor a manifestação.

Algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria?

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu também.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Há uma matéria que saiu no *Fantástico* ou no *Jornal Nacional*, nesse final de semana, dizendo da inexatidão dos dados do DATASUS — Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. Era só isso. Mas é bom para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Mas é manifestação contrária à matéria, Deputado?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Não, muito pelo contrário, até subscrevo também, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Em votação o Requerimento nº 44, de 2015.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Subscrito pela Relatora, Deputada Rosângela Gomes, e pelo Deputado Jean Wyllys.

Aqueles Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está presente entre nós o nosso chefe, o nosso Presidente Deputado Reginaldo Lopes, e é de sua autoria o Requerimento nº 45, de 2015, que requer sejam convidados os Srs. Antonio Maciel Aguiar Filho, Presidente da Federação



Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação; o Sr. Bruno Telles, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; o Sr. Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais. Requer ainda que sejam convidados o Sr. Marcos Leôncio Ribeiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; o Cel. PM Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; o Sr. Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; o Sr. Rogério Tenente Cabral, Presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais; o Sr. Sílvio Benedito Alves, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares; e o Sr. José Werick, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia — ADEPOL/Brasil.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, Deputado Orlando Silva, boa tarde; Relatora, Deputada Rosângela Gomes, eu acho que é importante, nesta etapa agora da nossa CPI, também ouvir as diversas associações nacionais dos soldados, praças, para que contribuam com o seu olhar em relação ao tema desta CPI. Portanto, eu peço o apoio dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Solicito subscrição. Deputado Reginaldo Lopes, posso subscrever seu requerimento?

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, também subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Orlando Silva) - Sim, Deputado Delegado Éder Mauro.

Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra essa matéria. *(Pausa.)*

Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 45, de 2015.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Devolvo a Presidência da Comissão ao Deputado Reginaldo Lopes e, de pronto, justifico a minha ausência: neste instante, começa a Comissão Especial da Reforma Política, que pretende votar o relatório hoje.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - V.Exa. fará muita falta aqui nos debates do plenário. V.Exa. enriquece os debates.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - V.Exa. sente muito a falta da minha presença, mas...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Todos os lugares aonde vou, nos debates, eu sinto falta.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Agradeço os seus elogios, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Portal e-Democracia, www.edemocracia.camara.leg.br. Nesse portal, os internautas poderão interagir durante o evento e participar dos fóruns de discussões sobre o tema da CPI.

Iniciaremos a audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 26, de 2015, da Deputada Benedita da Silva.

Informo que, durante a fala do convidado, não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa o Sr. Edson Lopes Cardoso, Professor do Programa de Pós-Doutorado em Educação da Universidade Metodista de São Paulo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, antes de começar, eu gostaria de indagar quando vamos a São Paulo, a Minas Gerais e ao Espírito Santo, para vermos as mortes que estão ocorrendo lá, porque o negócio está feio. Quando vamos lá fazer as audiências?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Em Minas?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Minas, São Paulo e Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A de São Paulo nós já marcamos. Parece que é dia 25. No Espírito Santo, dia 2 ou dia 3?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ao final, após a nossa audiência, nós vamos designar aqui o Deputado Dr. Jorge Silva e o Deputado Evair de Melo, dois membros desta CPI, Deputados do Estado do Espírito Santo, para coordenar. E em Minas Gerais V.Exa. vai nos ajudar na coordenação. Vamos ver se a gente combina, logo após a audiência, uma data para organizarmos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - É que estão sendo muito prósperas essas audiências. Estou vendo que estão enriquecendo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ótimo, muito bom! Obrigado pela participação.

Concedo a palavra ao Prof. Edson Cardoso, por 15 minutos.

O SR. EDSON CARDOSO - Obrigado. Boa tarde a todas e todos! É um prazer retornar à Câmara dos Deputados. Eu fui funcionário aqui por cerca de 12 anos. Então, é sempre um prazer aqui retornar.

Eu quero cumprimentar, primeiro, a Deputada Benedita da Silva, porque S.Exa. fez a indicação do meu nome, mas ainda não chegou. Eu fui informado de que está a caminho.

Cumprimento, na pessoa do Presidente, o Deputado Reginaldo Lopes, e da Deputada Rosângela Gomes, Relatora, todos os presentes. Vejo aqui alguns rostos conhecidos que permanecem fazendo assessoria aqui na Casa.

Acho que a primeira coisa a tratar é a própria existência da CPI. Para quem mexe com o tema há muitos anos, ver essa multiplicação de CPIs em torno do assassinato da juventude negra é, sem dúvida nenhuma, um fato auspicioso e tem que ser saudado e recebido com muita alegria. Aqui, no Senado... Há notícias da Assembleia do Rio de Janeiro, da Assembleia da Bahia. Eu acredito que isso irá impulsionar outras iniciativas em outros Estados.

É claro que os pesquisadores das ciências políticas e sociais vão se debruçar sobre as circunstâncias deste momento para compreender quais as causas desse ponto de inflexão, ou seja, quando a classe política, não só no plano federal, mas no plano estadual e no plano municipal, finalmente se debruça sobre um tema que já nos acompanha há muito tempo em diferentes conjunturas — o que é uma característica que, tenho certeza, a CPI está examinando. Nós estamos diante de



um fato que tem razões do presente, mas nos acompanha há muito tempo. Só isso daria ideia não só da abrangência, mas da profundidade do que estamos tratando. Dura há muito tempo.

Nós podemos recordar o que aconteceu na Baixada Fluminense, nos anos 80, por exemplo. A Lélia fez um artigo para o jornal *Raça & Classe*, que editávamos aqui no Distrito Federal em 1987. O nome do artigo era “*O terror nosso de cada dia*”. O encontro do movimento negro, em Nilópolis, revelou que, de janeiro a maio de 1987, já haviam sido assassinadas mais de 650 pessoas negras.

Então, nós estamos diante de um fato que precisa ser apanhado para ser compreendido em suas causas mais profundas, senão nós vamos atender aquilo que é uma circunstância do presente e vamos tratar como se não tivéssemos capacidade de prever as mortes futuras, porque, do que está se tratando, olhando a dimensão, a duração, a permanência dessas práticas, nós podemos prever a possibilidade de sua repetição *ad infinitum*.

Só para exemplificar, recuando de 1987, eu queria trazer uma contribuição de Abdias, Abdias do Nascimento, que foi Deputado aqui — um mandato extraordinário, antes da Constituinte, que abriu caminho para as reivindicações da Constituinte. Abdias fez uma carta aberta ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro no ano em que eu nasci, em 1949. Em 1949, Abdias dizia ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, numa carta aberta: “*Dir-se-ia que a polícia considera o homem de cor um delinquente nato e está criando o delito de ser negro*”.

Essa ideia de ser delituoso, ou seja, de sua natureza biológica poder ser rotulada dessa maneira, e a partir daí tudo é possível — nós sabemos todos que estigmatização é essencialmente desumanização, e a partir dessa desumanização do estigmatizado pela pele é possível dispor da vida das pessoas —, é isto que quer dizer: na essência da estigmatização está a desumanização das pessoas estigmatizadas. É isso que permite, por exemplo, que uma pessoa resolva matar um casal de homossexual na Av. Paulista, por exemplo. É pelo estigma, que permite desumanizar e permite reduzir as chances da vida do estigmatizado. É da natureza do estigma, qualquer que seja, a desumanização.

Então, se você tem mais da metade da população atingida por estigmatização, como a população negra, o que você tem que pensar é: quais são



os efeitos de uma estigmatização de tão longa duração? Quais são os efeitos, os efeitos sobre as vítimas da estigmatização, de um processo desumanizador tão longo? Mas os efeitos no conjunto da sociedade: o que significa uma sociedade em que a maioria é estigmatizada como menos humana e inferior, a partir de suas condições biológicas?

Rapidamente, vocês lembram, a Revolução Francesa consegue fazer, com participação inclusive de deputados negros e de uma articulação política negra, a Revolução Francesa consegue fazer a emancipação dos escravos em 1794. Vocês podem imaginar, para uma nação que dependia fundamentalmente do trabalho escravo, da riqueza de suas colônias, o que significava no processo revolucionário emancipar seus escravos. A reação virá, porque Napoleão vai assumir o poder com o apoio de escravocratas e vai revogar essas possibilidades.

Mas o período revolucionário tem condições de fazer a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nós sabemos o limite dessa universalidade, porque as mulheres não eram consideradas iguais, negros e índios não eram considerados iguais, judeus não eram considerados iguais. Mas era um avanço da humanidade que nós pudéssemos dizer que os homens nascem livres e iguais. A população negra vai participar da discussão para dizer que nós somos escravos ainda. De que igualdade nós estamos falando, com liberdade, igualdade e fraternidade?

E há avanços extraordinários no período, que depois será seguido de um retrocesso. Mas o que vai acontecer em resposta a isso? Em resposta a essa declaração de que os homens nascem iguais, fortalece-se uma tendência, que já existia no século XVIII, a buscar provar a inferioridade a partir da natureza biológica. Todo o século XIX vai ser atravessado pelo que nós costumamos chamar do racismo científico: de uma presumida inferioridade biológica dos judeus, que passaram a ser não mais os que mataram Cristo, na visão preconceituosa, e sim por terem uma natureza inferior; as mulheres, pela sua inferioridade biológica; os negros, pela sua inferioridade biológica.

Isso atravessa o século XIX e nos forma aqui no Brasil. Como nós vamos fazer uma abolição da escravatura com os escravocratas tomando o poder vestidos, travestidos de republicanos? O que acontece? A abolição da escravidão não mexe.



Porque, vejam só, uma coisa é você ter escravo porque a lei lhe autorizava essa relação; outra coisa é você, acabada essa injunção legal, defender privilégios porque a sua natureza seria presumidamente superior à da maioria da população — é bom não esquecer.

Ou nos debruçamos sobre isso, para compreender de onde é que vem a naturalização, de onde vem a sanção da sociedade para os assassinatos de jovens negros... Porque, quando você faz a pergunta: *“Por que isso acontece? Por que toleramos isso, essas montanhas de cadáveres há décadas?”* — independentemente da conjuntura, da circunstância política, permanecem os assassinatos — *“Por que toleramos? Por que consentimos?”*, para responder a essa pergunta, temos que compreender que somos envolvidos por uma ideologia, por uma representação da humanidade que exclui essas pessoas. Essa é a questão. *(Palmas.)* Então, não vamos avançar, se não formos capazes de mudar o modo como representamos a humanidade entre nós. Esse é o desafio.

Nós teremos que ser capazes de mexer no sistema educacional profundamente. Teremos que ser capazes de mexer na representação do humano, que tem regra solta nos meios de comunicação no País, essa representação privilegiada de um tipo de brasileiro em detrimento dos outros. E achar que isso não repercute na área da segurança pública! É preciso compreender que, quando um soldado mata, ele mata porque essa morte foi autorizada, foi consensuada por essa sociedade que não quer discutir esse tema. *(Palmas.)*

Então, nós não estamos falando apenas de um problema — e é enorme — da segurança pública. É enorme! Nós não estamos fugindo da discussão da punição, porque a dignidade das famílias e das vítimas exige a punição desses assassinatos. Nós não estamos fugindo dessa discussão, mas estamos chamando a atenção. Se estamos preocupados com as mortes futuras, presentes e passadas, nós deveremos pensar: afinal de contas, por que isso acontece?

O grande poder em que sucumbe a juventude negra é o poder de uma sociedade que consensuou a possibilidade do seu desaparecimento e da sua morte. Essa é a questão mais profunda: o racismo. Ou nós vamos tocar nisso, ou a Comissão vai parecer, digamos assim, simulacro de polícia fazendo investigação. Ela não vai pensar mais amplo. Ela tem que tocar no assunto segurança pública e ir



fundo nisso aqui, mas ela tem que ser capaz de dizer: “*Queremos impedir outras mortes, e não apenas atender estas. Queremos atender estas e impedir outras.*”

E para isso o País precisa dar conta de sua responsabilidade como um todo, como um todo, porque a desumanização, resultado da estigmatização, não alcança apenas suas vítimas: alcança aquele que estigmatiza também. Precisamos compreender que fomos atingidos por isso.

Agora, é claro, diante disso, o que nós fazemos? Como é que pode um país se dar ao luxo de pegar a sua maioria e a juventude da sua maioria e simplesmente torná-la descartável, impedir a possibilidade de desenvolvimento de talentos, de vocações, a possibilidade de realização humana? E depois a gente fica fazendo planos econômicos para o desenvolvimento e o crescimento do País!

Como é possível o desenvolvimento com inclusão? Como é possível um desenvolvimento com a participação de todos, se eu *a priori* descarto a possibilidade de que essas pessoas possam ter um pleno desenvolvimento? Ou seja, um país se dá ao luxo de afastar talentos e vocações, e isso tem impacto no PIB, é evidente! São pessoas descartáveis, são menos pessoas.

Então, observem que isso tem implicação no modo como pensamos política econômica, para não pensar que eu estou apenas na área da segurança pública. É isso que eu vim chamar a atenção de vocês. A área da segurança pública está articulada com todas as outras áreas. A nossa cultura é atravessada pela distinção racial, independente... Todos nós fomos formados com base na associação de aparência e valor; todos nós fomos educados para atribuir valor à aparência branca, à pele clara e cabelo liso, e a destituir de valor as aparências que se aproximam do africano, de seus descendentes, dos povos indígenas. Fomos todos educados dessa maneira e estamos agora nos debruçando sobre uma das consequências desse fato. Essa é a questão.

Não se enfrenta o racismo combatendo a pobreza. É uma ilusão. A gente enfrenta o racismo mudando o modo de representar o humano. É isso que é enfrentar o racismo. E dizer que se enfrenta o racismo combatendo a pobreza é fuga do enfrentamento ao racismo, é deixar tudo como está. Você enfrenta o racismo mudando as possibilidades de afirmação do humano, que, entre nós, é restrita, reduzida, e o que produzimos é atrofiação da vida.



O País vive essa atrofia de, em toda a sua potencialidade, não poder plenamente se expandir e se revelar. E temos uma população que vive, como disse Lélia, em 1987, “*o terror nosso de cada dia*”, o terror de ver o seu familiar sair e estar atrasado. Simplesmente atrasou, mas desencadeia-se o pânico de que ele pode não voltar nunca mais. É essa a sociedade em que as pessoas têm que viver, porque tudo pode acontecer, porque um negro são todos os negros. A rigor, pode-se matar uma pessoa negra e pensar que nada vai acontecer, e os assassinatos da juventude negra provam isso. Quem é punido? Quem efetivamente é punido por esses crimes que duram décadas? Quem é punido efetivamente?

Então, nada mais estimulante do que sair pela rua e matar pessoas negras! Vai acontecer o que, exatamente? Não vai acontecer nada, tomando como referência as últimas décadas e a montanha de cadáveres insepultos, injustiçados, que nós temos no País. Essa é a questão.

Então, uma Comissão que tem de enfrentar um problema dessa natureza só pode receber de mim uma atenção respeitosa. Espero que vocês possam, de fato, ir fundo nessa questão, porque nós sabemos como é a política. A política pode, para evitar um tema, acolhê-lo. Nós sabemos as armadilhas da política. A política é capaz de, para evitar um tema incômodo, acolher o tema num modo desviante, digamos assim.

Então, é evidente que uma Comissão pode...

Finalmente, a classe política deixar de assistir divulgação de estatística para querer interferir num assunto dessa grandeza, isso não pode ser para simplesmente acolher o tema para silenciá-lo; para silenciar denúncias e demandas. Tem que ser algo que possa contribuir.

Acho que a Câmara, nessas visitas, esta Comissão aqui, deveria estimular para que, nos Municípios e nos Estados, iniciativas semelhantes às já tomadas no Rio e na Bahia possam surgir, porque precisamos da participação de toda a sociedade. Nós não podemos resolver um problema como se fosse uma questão do soldado, do mau soldado e do jovem negro.

Eu, há muito tempo, por conta das oficinas que faço há mais de 30 anos com o tema, pensei numa peça de teatro que nunca existiu, mas que servia para utilizar nas oficinas. Eu dizia que era um monólogo. O nome da peça era *Monólogo do*



Soldado com a Arma Fumegante. Então, havia um corpo de uma pessoa negra no palco, e o soldado, com uma arma, vinha para a cena e dizia: “*Sim, fui eu que matei. Mas agora queria discutir responsabilidades outras além das minhas*”. E apontava para a plateia fictícia na oficina: “*Você, professora, precisa compreender que, quando os negros não têm história, é uma forma de morte coletiva; você, publicitário, quando diz que o produto não vende se aparecer um negro, esta é uma forma de morte. Então, não sou eu só que mato. Vocês me autorizaram, com a morte simbólica que praticam todo dia, me autorizaram esta morte física aqui.*”

Essa autorização é o consenso que a juventude negra enfrenta; essa autorização, que é um poder terrível, é o poder de uma sociedade consensuar, permitir que isso possa acontecer. Isso acontece porque nós permitimos que isso aconteça.

Essa é a questão.

Estou pronto para responder questões, mas eu desejo à Comissão o maior êxito possível e que marque historicamente uma inflexão no tratamento desse tema.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer ao Professor pela belíssima contribuição.

E também, já respondendo as provocações do Professor, vamos dizer assim, muito bem acolhidas por nós aqui na CPI, e também a partir da manifestação do Deputado Delegado Edson Moreira, quero designar os responsáveis pelas nossas próximas diligências e oitivas nos Estados e também audiências públicas.

Nós temos aqui audiência no Estado de Alagoas, no dia 18, segunda-feira, com a responsabilidade de coordenação Deputado Paulão. Temos também, no dia 25, segunda-feira, daqui a 15 dias, dos Deputados Orlando Silva — quero designar o Deputado Orlando Silva —, o Deputado Major Olimpio, o Deputado Vicentinho e o Deputado Roberto Alves, do PRB. Quero também pedir à Secretaria da CPI para marcar, no mês de junho, mais cinco audiências.

No Espírito Santo, designo o Deputado Dr. Jorge Silva, do PROS, e o Deputado Evair de Melo, para organizarem no Espírito Santo, no dia 01/06.



Em Minas Gerais, o Deputado Delegado Edson Moreira, a Deputada Margarida, Deputado Eros Biondini, Deputada Brunny, Deputado Zé Silva, que são membros aqui, eu também participo. Em Minas Gerais, no dia 08/06.

Na Paraíba, dia 15/06, Deputados Wilson Filho, Luiz Couto e Damião Feliciano estão designados para coordenar.

Em Pernambuco, no dia 22/06/2015, Deputado Betinho Gomes, do PSDB, e Deputado Pastor Eurico.

No Paraná, o Deputado poderia ficar responsável de coordenar para nós — o Deputado Delegado Éder Mauro, no dia 29/06/2015.

Então, nós estaremos com mais sete audiências.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Belém? Em Belém do Pará, dia 29/06. Eu falei o quê, Paraná?

Estou com a cabeça no Paraná. É porque nós temos de ir lá também.

Então, no Pará, desculpem, em Belém do Pará, Deputado Delegado Éder Mauro. Por quê? Porque, após a nossa visita nesses Estados, todos os membros das Comissões de Segurança Pública, de Juventude, de Direitos Humanos, têm apresentado proposições nas Assembleias, para criar aquilo que o professor falou muito bem aqui: as Comissões Especiais em relação ao enfrentamento do extermínio de jovens negros e pobres, que, com certeza, vão ajudar muito nessa tarefa de dar visibilidade ao debate, ao tema.

Mas, mais do que isso, como um dos consensos que começa a ser criado na CPI de que nós temos de fazer um novo sistema federativo sobre segurança pública, numa nova pactuação federativa entre União, Estados e Municípios, é evidente que os Estados têm a responsabilidade de criar seus planos de metas e enfrentamento aos homicídios e também a violações de direitos. Nesse sentido, eu acho que está sendo rica essa experiência porque nós não estamos apenas fazendo um evento nos Estados. Nós estamos fazendo um movimento e também estamos visitando, além de fazer audiência no espaço da Casa do Povo, nós estamos também visitando casos emblemáticos nos Estados, indo até as comunidades.

No Estado da Bahia, na sexta-feira agora, a CPI vai estar em Itabuna, Itacaré, vai a Cabula, porque, pela distância, Deputado, não foi possível. Mas os Deputados



que estão responsáveis pelo Estado: Deputado Bacelar, Deputado Beбето e Deputado Davidson Magalhães, a quem quero agradecer pela audiência de ontem, pelo dia, pelo trabalho, então, eles estarão lá na sexta-feira, não é isso?

Então, temos audiência, será feita uma audiência em Itabuna, é isso? Não sei se foi distribuído, mas vou pedir para que seja distribuído a todos, pois estão todos os convidados: o Presidente da Câmara Municipal, o Juiz da Vara da Infância e Juventude, o advogado do caso do Nadson e Presidente da Pastoral Carcerária, o Pastor da Igreja Batista, bispos, representantes da OAB, o Prefeito, o Vice-Prefeito, o Comandante, o Coordenador da Secretaria de Juventude. Ou seja, aqui está toda a programação a que os Deputados que estão designados no Estado estão dando continuidade. Isso também serve como modelo para os Deputados que já foram designados, para dar continuidade à CPI nos Estados a que cada um pertence. Eu acho que isso promove uma quantidade de trabalho e vai enriquecer muito o nosso relatório final.

Então, quero dizer, Professor, que nós estamos nesse olhar que o senhor traz aqui, buscando ampliar o diálogo.

E é importante chegar até as Câmaras Municipais. Eu mesmo participei, na Câmara de BH, promovida pelo Vereador Arnaldo Godoy, também da instalação de uma Comissão Especial. E ainda fiz uma provocação à Câmara de BH, para que BH pudesse ser a primeira capital a constituir uma estratégia e suas metas para enfrentar homicídios. Lá temos 91 para cada 100 mil jovens, o que é um absurdo, uma taxa estarrecedora.

Então, é isso. Quero aqui passar a palavra à Relatora, para fazer sua intervenção e suas perguntas.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Boa tarde a todos e todas.

Quero agradecer também aos Deputados Beбето, Bacelar, que ontem nos receberam de forma realmente proveitosa, proativa, positiva, e foi realmente uma audiência bastante importante, porque nós conseguimos interagir bastante com os movimentos, com os Deputados que lá estiveram, diversos Deputados, diversos Vereadores. Coletamos bastantes informações dos movimentos negros, de diversos movimentos que estiveram ali, do movimento indígena, e isso só nos ajuda a construir o relatório que nós queremos e desejamos.



Quero agradecer ao Prof. Edson, que, com muita propriedade, relatou fatos importantes aqui, nesta tarde, e eu anotei... fiz algumas perguntas.

O senhor, Professor, falou da minha região, a Baixada Fluminense. E quando o senhor falava eu me transportava para a região da Baixada Fluminense, que hoje vive esse terror nosso de cada dia, que o senhor com muita propriedade colocou. Hoje a nossa realidade é essa.

Eu fiz algumas perguntas, mas a sua fala foi tão interessante. Hoje de manhã fiz uma reunião com os técnicos da CPI, pois nós estamos montando um relatório prévio, porque queremos ver se até o final do mês conseguimos esboçar a prévia do nosso relatório. E nós falávamos sobre isso, não é, Mohamed, Paola e Sérgio? Sobre essa questão da educação, do planejamento familiar, de cultura, de esporte, que vai para além da questão só de polícia matando os jovens negros e pobres. Há toda uma conjuntura, toda uma discussão por detrás disso.

A preocupação dos técnicos é que a gente não faça um relatório muito conceitual. Mas o senhor vem ao encontro do que nós pensamos nessa relatoria quando fala em representar o humano. Se o senhor puder, peço que fale um pouco mais sobre isso. Eu tinha outras perguntas a fazer, mas acho que isso vai um pouco ao encontro do que eu estou pensando, do que a gente está trabalhando. Chamou-me a atenção. Eu gostaria que o senhor, se pudesse, falasse um pouco mais sobre isso. Chamou-me a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Professor, se o senhor não se importar, poderia responder em bloco. Pode ser? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e todas.

Deputada Rosângela Gomes, hoje pela manhã o meu gabinete recebeu uma ligação da Sandra, da Justiça Global, dizendo que, infelizmente, depois da visita da CPI lá — infelizmente eu não puder ir a essa visita, porque eu tinha agenda no Rio de Janeiro —, uma pessoa foi baleada hoje numa ação da Polícia, da PM da Bahia, numa localidade chamada Cidade de Plástico, em Periperi, subúrbio da Bahia.

No momento em que a pessoa foi baleada nessa operação da Polícia, a Sandra, da Justiça Global, e o Hamilton, do *Reaja ou Será Morto*, estavam lá e



ligaram desesperados, porque a Polícia não respeitou sequer a presença dessas pessoas lá. Infelizmente, nós tivemos que ligar para o gabinete do Governo da Bahia para pedir uma intervenção, para que pelo menos a Polícia fizesse um cessar-fogo naquele momento, para permitir que as pessoas saíssem de lá. É lamentável que isso tenha acontecido logo depois da visita desta CPI.

Professor Edson, a sua fala foi maravilhosa, porque — posso chamá-lo de você? — você evocou aqui a história. E não só nesta Comissão, mas nesta Casa, as pessoas tendem a obliterar a história, a apagá-la e a tratar os problemas como se eles não tivessem uma história. Então, trazer essa dimensão histórica é fundamental, assim como trazer o processo de desumanização, de estigmatização de determinadas categorias ao longo da história e os efeitos disso nas relações práticas, nas leis, nas instituições do Estado. Isso é muito importante.

Achei interessante o senhor mencionar o exemplo dos negros, dos judeus e das mulheres. Eu gosto, sobretudo, do exemplo dos judeus, porque no Brasil os judeus gozam de tolerância religiosa e de respeito. Como minoria religiosa, eles são bastante respeitados. Mas essa tolerância e esse respeito que se tem para com os judeus não se tem, por exemplo, com o povo que pratica o candomblé, a umbanda ou religiões de matriz africana. Mesmo dos povos indígenas não há uma tolerância com a religião dessas pessoas

Esses dois pesos e duas medidas me incomodam bastante. Quer dizer, os judeus merecem, sim, tolerância, merecem professar a sua fé com respeito, não podem ser alvo de antissemitismo. Mas não só os judeus: outras religiões devem gozar do mesmo aspecto. E esta é uma dimensão da violência racial no Brasil, que é a perseguição às religiões de matriz africana. Então, gostaria que o senhor tocasse um pouco neste aspecto, de como essas religiões são estigmatizadas, de como, por diferentes discursos — sobretudo discursos religiosos, de igrejas religiosas cristãs fundamentalistas —, são associadas ao demônio. Portanto, justifica-se toda a violência contra elas.

Esse processo de desumanização por diferentes discursos, diferentes representações — a maneira como a gente é representado no livro didático, na literatura, na publicidade, na telenovela, no cinema, ou seja, em diferentes regimes de representação —, atinge os negros, atinge as mulheres, atinge os judeus, o povo



de santo, mas também a comunidade LGBT — lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

As pessoas se esquecem disto: a morte dessas pessoas também tem a ver com esse processo de desumanização, de modo que a miséria de uma pessoa se amplia se ela é pobre, mas também se é negra, homossexual ou transexual e se professa uma religião de matriz africana. A gente pode pensar no oposto. A miséria de uma pessoa negra se amplia se ela é pobre, se é homossexual ou transexual, se pratica religião de matriz africana. E a miséria de uma pessoa homossexual se amplia se ela for negra, se for pobre.

Então, esta CPI — e já deixando aí o senhor tranquilo — está preocupada com essas questões. Ela está preocupada com as outras posições de sujeito. O objeto dela é a morte de jovens negros e pobres. Mas a gente não vai tratar só disso, tampouco apenas da dimensão da segurança pública. A gente vai tratar dos aspectos mais amplos e pensando nas outras posições que essas pessoas ocupam, inclusive em como essas representações levam essas pessoas a serem cúmplices de violências que também a gente reprova.

Então, a violência contra a mulher no seio da comunidade pobre, negra e periférica é muito grande, e há que se enfrentar, porque não é uma violência praticada pela polícia, é uma violência praticada por eles mesmos. A violência contra pessoas homossexuais e transexuais nessas comunidades pobres, de maioria negra, também é muito grande.

Então, o papel da CPI é perceber essas diferentes posições de sujeito que podem ampliar a miséria, claro, sem perder de vista o objeto principal, que é a morte de jovens negros pelas forças de repressão do Estado. Isso, a gente nunca vai perder de vista.

Bom, é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O próximo orador é o Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Sr. Presidente, Sra. Relatora, ilustre Prof. Edson, inicialmente eu queria comunicar à CPI, caso não tenha ocorrido, que o Ministério Público da Bahia considerou como execução o fato ocorrido no Cabula, no



mês passado (*palmas*), quando 12 jovens negros foram executados pelas forças do Estado.

Professor, a minha pergunta vai ser simples. A gente continua convivendo com o corte racista na seleção policial de suspeito. A gente sabe que, quando a polícia seleciona o suspeito, o corte racista é o mais forte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Bacelar, permita-me só falar aqui — não sei se alguém trouxe a informação — que o Secretário de Justiça do Estado foi à audiência pública, convidado por V.Exa., e assumiu alguns compromissos. Primeiro, vai constituir um grupo de trabalho com os movimentos, com familiares, vítimas, e assumir o compromisso de anunciar o fim dos autos de resistência no Estado da Bahia e também de encaminhar a questão do processo disciplinar contra os policiais no caso de Cabula.

O próprio Governador, no meio da audiência da CPI, soltou uma nota pública falando que não vai admitir que ninguém exerça a questão da segurança pública fora da lei. Então, só quero parabenizar V.Exa. por essas manifestações.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Então, com a questão da brutalidade policial, da seletividade no sistema judiciário, a gente vem convivendo há anos, anos e anos. Mas a minha pergunta bem simples e prosaica é: como se explica que, depois de eleitos os governos ditos democráticos e populares, essa seleção e esses critérios continuem persistindo? Porque foram esses governos ditos democráticos e populares — ditos, não, esses governos democráticos e populares — que conseguiram, mesmo com os altos índices de violência ainda imperando no Brasil, controlar esses índices. O que mantém esses índices altos? A morte dos jovens negros e a violência no Nordeste e Norte do Brasil. Então, como se explicaria a gente ter governos democráticos, governos populares e isso permanecer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., a nossa Relatora, o Prof. Edson, por essa fala de uma reflexão profunda, pela oportunidade de ter uma visão mais ampla dessa questão. Ontem eu estava lendo que, no período da escravidão, nós tivemos 4 milhões e 800 mil negros vindos



da África para o Brasil. Desses negros, 300 mil morreram durante o transporte. E esse processo continua.

Eu sempre falo, Professor, que esta Casa representa um pedacinho da sociedade brasileira. Quem está aqui não veio de Marte, Plutão, Netuno nem de nenhum lugar; veio da representação da sociedade brasileira. Às vezes, a população, de uma maneira geral, não vê dessa maneira. Eu queria fazer essa comparação, porque existem zonas de confronto entre esse número de homicídios, vamos dizer assim, e as forças de segurança.

As forças de segurança não vieram de Marte; elas representam um pedaço da sociedade brasileira. Se a sociedade brasileira está imbuída e encrostada dessa maneira de ver e encarar o racismo, não podemos esperar frente ao embate, ao fronte que isso gera, e que é gerado pelo ambiente que isso acontece. Eu acho que deveria ser abordada a formação das nossas forças de segurança. Como é currículo? Como é a abordagem? Eu gostaria de ouvir sobre isso. Eu gostaria que o senhor abordasse esse tema.

O SR. EDSON CARDOSO - Deixe-me começar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Há mais um Deputado inscrito.

O SR. EDSON CARDOSO - Há mais um? Estou preocupado com o número de perguntas, porque eu quero responder todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Depois, a gente faz uma rodada. Vou passar a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro e depois o senhor responde. Se houver mais algum Deputado, nós reabrimos a inscrição.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Deputados, Professor Edson Cardoso, na verdade, mais uma vez não vou fazer perguntas, mas apenas tecer comentários.

A minha preocupação, nesta CPI, sempre foi a de que nós possamos chegar às causas, identificar os responsáveis pelas mortes dos jovens no País e oficializar e cobrar, para que o problema venha a acabar, o que acho difícil, ou que ele pelo menos diminua para uma proporção tolerável.



Preocupa-me sempre, quando eu ouço comentários, muitas vezes desvirtuando o que hoje está sendo apurado na CPI, que é a morte de jovens pobres e negros, ou que não são sejam negros, mas que a meu ver são pobres, porque a maioria da população é pobre. Muitas vezes, levam para outros tipos de coisas que eu acho que não é o que está sendo apurado e que não tem absolutamente nada a ver com o que se apura aqui, que é a morte dos jovens neste País.

Quanto ao racismo, Professor, que, há muitos anos tivemos a infelicidade, pela história, de tomar conhecimento, eu concordo com o senhor que ainda hoje a sombra vive entre nós. A gente sente, inclusive nas pessoas, esse tipo de coisa, dentro do País, dentro do Brasil, no meu Estado, no meu bairro, no local em que eu trabalho. Sei que medidas outras têm que ser tomadas, para que a gente possa acabar com isso e punir aqueles que realmente ainda encontram na cor uma forma de achar que o irmão é menor do que ele.

Volto a falar sobre a cor, mencionando que eu estou incluído entre os negros, por ser pardo. Foi isso que os primeiros palestrantes que vieram aqui colocaram. Professor, o senhor colocou ainda há pouco: por que consentimos as mortes, as montanhas de mortes, os cadáveres? É a sociedade que exclui. E eu lhe diria que realmente exclui. Volto a insistir: a primeira das causas para que isso aconteça são políticas públicas que não existem, para serem investidas em nossos jovens, a fim de que se ocupem com esportes, com cursos, com valores corretos de vida. Não existem neste País. Divisão de renda, injusta também. Não temos.

Nós precisamos ter um país que pare de dar esmola, que dê a vara, para que a pessoa pesque. E vou lhe dizer mais: tudo isso leva a nossa juventude à segunda causa, que é o abandono, o envolvimento com o crime organizado, com as drogas e o alcance da morte.

Então, Professor, eu volto a repetir que as causas — e só falta alguém, que não eu, que diga — são: políticas públicas que não existem; envolvimento com o crime organizado e com as drogas, que estão levando os nossos jovens à morte, e o único item, dos que eu coloquei, e sobre o qual ainda ninguém falou, mas ainda tenho esperança de que alguém fale, que não eu, é a desagregação da família.



Então, eu tenho certeza de que esses são os três pontos que levam a nossa juventude à morte. Nós temos que responsabilizar quem, por direito e por dever, não deveria deixá-los acontecer.

Quero fazer um comentário sobre a questão da polícia. Fui polícia 30 anos e nunca considerei o homem de cor como um criminoso. Nunca! Vivi 30 anos, não dentro de gabinete; foi nas ruas, fazendo polícia nas ruas. O meu Estado, infelizmente, hoje, pelo estudo que inclusive saiu ontem no jornal, considerou Ananindeua, que faz parte da grande Belém, a cidade que mais mata no Brasil. Nem São Paulo e Rio matam mais do que a Grande Belém! Nem São Paulo e Rio!

Eu já trouxe aqui a esta CPI fotos, que não de todos, mas de um fim de semana, de um fim de semana, no Estado do Pará: 53 mortes! Cinquenta e três mortes de jovens! Eu trouxe jornais — inclusive mostrei alguns — mostrando jovens de cor parda, de cor negra, mas a grande maioria de cor parda, que é negro.

Nós, desta CPI, precisamos acabar com isso e encontrar a causa. Eu estou colocando as três causas que eu considero. Que todos os colegas coloquem as suas e as somemos, e a gente possa, através da Relatora, chegar a um consenso e acabar com as mortes dos jovens.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o nosso Professor, Edson Cardoso.

O SR. EDSON CARDOSO - Eu queria começar com o Deputado Jorge Silva, porque ele tinha colocado a questão importantíssima da formação das forças de segurança.

Eu já me interessei pelo tema. Em função do trabalho que eu fazia, tive oportunidade de debater, no Ministério da Justiça, essa questão, ou seja, sobre a existência, na matriz, de temas como racismo, sexismo e a ausência dos temas, que estão na matriz, dos concursos, da seleção.

Então, vejam só, se eu procuro um Rambo, eu acho um Rambo. Quem me diz o que eu estou procurando é o edital. Eu estou procurando um Rambo — está aqui o edital e eu vou achar o Rambo. Mas se eu estou procurando alguém que queira assimilar o tema que nós estamos conversando aqui, direitos humanos, em que nós estamos com racismo, com sexismo — não é verdade isso? —, com homofobia e



todas essas possibilidades, eu tenho de cobrar isso ali do policial que eu estou selecionando, porque no momento em que isso fica claro, que haverá cobrança desses conteúdos, mudam os cursinhos, mudam as apostilas, disseminam-se outro tipo de conhecimento. Então, a seleção não é apenas seu porte físico; a seleção inclui também a compreensão desses conteúdos e desses temas.

Nós temos que mudar isso. Nós temos que mudar isso. E quando você tem contato com as pessoas que mexem com direitos humanos nas forças de segurança, o que elas dizem? *“Olha, Prof. Edson, a gente tenta, mas acontece que qualquer aluno nosso vai ouvir de um mais velho: ‘Ó, esqueça toda essa conversa mole aí, porque lá fora, na prática, a coisa é outra.”* Entendem? É outra coisa. Então, esses conteúdos são conteúdos, digamos assim, que não têm operacionalidade, não servem para o meu dia a dia de policial. Então, eu acho que isso tem que mudar profundamente.

Diante do quadro que temos, alguma coisa tem que acontecer no sentido da formação. Não é apenas botar uma hora para falar disso, mais uma hora, não! É profundamente apostar nesses temas de direitos humanos. Você tem que apostar nesses temas, como o de conceber um novo policial. Então, tem que mudar de fato uma matriz de formação. Eu não tenho dúvida de que isso é assim.

Eu estava respondendo à Deputada Rosângela e me lembrei dos portadores de deficiência, que me parece um bom exemplo de modo de representação. Na minha geração, por exemplo, uma pessoa que tinha algum tipo de deficiência visual... Quem teve paralisia infantil, na minha infância, nos anos 50 — eu nasci em 1949 —, era uma pessoa simplesmente encostada, nem ia para a escola. Os ferros eram pesadíssimos e a pessoa não conseguia se deslocar. Era terrível! E isso deixava estigmas profundos.

Hoje, depois da Constituição, o que vemos? A curva de inclusão começa a acelerar a partir de 2000. Não é logo depois da Constituição. Mas, a partir de 2000, você vai percebendo que uma série de práticas — apoios, patrocínio inclusive de instituições do Estado — vai contribuindo para mudar modos de representação. As Paraolimpíadas, só para eu ficar num exemplo. Uma coisa é você pensar que não vai contratar um deficiente visual; outra coisa é você começar a assistir a TV, em sua



casa, a um deficiente jogando bola. Então, eu acho que é possível mudar modos de representação, reverter estigmas.

Ora, lembro aqui literalmente de uma propaganda: eu vou dar um exemplo que acontece com a mulher, o de uma propaganda que trata da venda de cerveja e utiliza uma mulher semidespida. O objetivo da câmara é o corpo da mulher e o que a sua pouca roupa estaria cobrindo o tempo inteiro. E ainda com um máximo de crueldade: faz a mulher verbalizar para o proprietário do bar que *“Nós vamos vender tudo, ou seja, eu estou consciente de que meu corpo está aqui para vender cerveja”*. Isso provoca um estrago nas relações do cotidiano. Então, isso é solto, está solto entre nós, do mesmo modo que a invisibilização das pessoas negras. Você tem a maioria da população. As pessoas consomem, mas as pessoas praticamente desaparecem da propaganda! E nós ficamos contabilizando avanços por ter visto uma propaganda de um rei de supermercado em que havia uma família negra com uma refeição da Páscoa. Um País de maioria negra comemora esse tipo de avanço, no século XXI, para termos ideia da resistência dessa representação do ser humano hierarquizada, em que tudo que é de prestígio, de positivo, está associado a uma aparência.

A gente precisa reverter isso. Isso a gente precisa reverter, mudar esses modos de representação. E, aí, o modo coletivo de representação. Como nós nos representamos coletivamente? Como nós nos vemos coletivamente? É nisso que nós temos que acelerar uma dinâmica de mudança. E, aí, nesse ponto, os meios de comunicação são estratégicos.

Não é possível que esta CPI não monte uma mesa com publicitários para discutir o papel que a publicidade tem na invisibilização das pessoas, na estereotipização das pessoas! O.k.? Então, nós temos que pensar. Quando foram listados aqui os Ministérios, eu verifiquei a ausência do Ministério da Cultura. Não! É assim que vai se conformando o espaço só da segurança pública. É preciso chamar representantes dos Ministérios da Cultura e da Educação para compreenderem a importância disso. O Ministério da Saúde tem um programa de saúde da população negra, que inclui a questão das mortes violentas. Então, tem que incluir o Ministério da Saúde.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. EDSON CARDOSO - O.k. Muito bem, muito bem, muito bem! Então é isso.

Vamos ver agora a pergunta do Deputado Bacelar, convivendo com o corte racista. Aí é que tá, Deputado. Por quê? Por isso que eu fiz assim. Todos nós vivemos numa cultura atravessada pela distinção racial. Todos nós fomos educados assim. Então, se eu não submeto esses valores à crítica, tudo aquilo que eu fizer, tudo que vai da minha palestra, da minha dissertação de mestrado, da minha tese de doutorado, do meu mandato, tudo o que eu fizer vai ter como baliza, por exemplo, racismo e sexismo, independente de se eu estou praticando conscientemente. Independente. Isso são determinações de uma cultura imersa nessa hierarquização. Essa é a questão.

Então, acrescente a isso o fato de que essas estigmatizações criam privilégios, criam privilégios. Não se deslocam privilégios assim. Então, você tem a resistência. Por isso que eu digo: que a gente costuma ver apenas como as vítimas são atingidas, mas nós não vemos como os que discriminam são atingidos por essa situação de conforto. Imagine o senhor o que significa acordar pela manhã se considerando representação essencial do humano. Faz diferença, não faz? *“Eu sou, eu represento o humano, por isso eu tenho direito a privilégios, a partir da minha aparência”*. Então, isso é parte do que somos. E as pessoas se desesperam para pintar cabelo, para se aproximar disso, para se aproximar da aparência da qual as pessoas retiram ganhos e possibilidades de oportunidades.

Por isso esse é um assunto que se evita, porque é um assunto constrangedor, na medida em que revela mecanismos de opressão, práticas que são corriqueiras no nosso cotidiano...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E insidiosas.

O SR. EDSON CARDOSO - E insidiosas. Então, essa é uma questão central.

Daí, não se admira que se encontre em qualquer formação política ideológica práticas semelhantes. O senhor pode encontrar práticas semelhantes. Não é isso o que vai distinguir uma formação da outra.

Bom, há uma outra questão levantada pelo Deputado Jean Wyllys. Coincidiu que o Deputado levantou e ele não viu eu dar o exemplo de homossexuais. Mas eu dei do assassinato na Av. Paulista para chamar a atenção de que a essência de



qualquer estigmatização é a desumanização. O que distingue o racismo não é isso, de outras estigmatizações. O que distingue o racismo, assim como o sexismo, é historicamente o papel que essas ideologias tiveram para conformar o mundo em que vivemos. É nisso que está a diferença, e não o fato de que no racismo haja mais desumanização do que em outros estigmas. Eles são todos desumanizadores, porém, historicamente, você não teria o capitalismo histórico, o capitalismo se montando na história, sem a exploração do trabalho dos homens brancos e das mulheres. Não existiria esse capitalismo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Concordo.

O SR. EDSON CARDOSO - Ele se faz histórico com base nesses dois pilares. É aí que ele se realiza historicamente.

A teoria é ótima, por isso que alguém fica agarrado na classe. A classe é na teoria. Mas colocá-la no chão da história mesmo foi preciso se amparar no racismo e no sexismo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu concordo com o senhor. Só gostaria que o senhor refletisse que o sexismo é, na verdade e na prática, um heterossexismo.

O SR. EDSON CARDOSO - Sim.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - O sexismo não é só uma divisão dos papéis de gênero subalternizando a mulher, mas também uma valorização pública, uma legitimação institucional da heterossexualidade.

O SR. EDSON CARDOSO - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Então, quando a gente fala em sexismo, a gente está pensando na violência contra a mulher, mas na violência contra os homossexuais também.

O SR. EDSON CARDOSO - O.K.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É fundamental, nesse sentido, pensar que a violência contra os homossexuais está dentro do sexismo. E eu lamento que o Deputado que disse que um assunto não tinha a ver com o outro tenha se levantado. O senhor pode ver, portanto, que há uma resistência nesta Casa para compreender essas questões.

O SR. EDSON CARDOSO - Não, mas é natural. Claro que há.



Vejam só, gente, não tem como ter um bolo — e eu fiz referência ao bolo — e achar que come uma fatia e que nessa fatia não há os ingredientes do bolo. Todas as vezes em que eu estou num lugar que alguém diz “*aqui não tem*”, eu sempre acho que é denegação. É, aqui tem, mas eu não tenho condições de falar sobre isso, o.k.?

Então, não existe esse lugar que não tem, esse lugar em que não existe. Não é por aí. Quanto mais se nega, mais se está dizendo: “*Sim, sim, esse é o problema aqui, aqui também*”. Só que a gente não tem condições de falar sobre isso, certo? Então, a gente precisa compreender.

É disto que eu estou tratando, de uma dimensão profunda da cultura em que nós estamos imersos. Portanto, não tem como deixar fora o Ministério da Cultura, não tem como deixá-lo fora; temos que incluí-lo, para que se faça uma reflexão. Como vamos reverter esses grandes veios de cultura que levam a essas estigmatizações e permanecem se reproduzindo entre nós?

Essa é uma discussão que eu não estou dizendo que a CPI vai resolver, mas ela vai apontar em seu relatório. É isso que é fundamental: que ela possa apontar as possibilidades que estão aí, abertas, para mudar essa realidade.

Eu penso que dei conta das questões. Ah, não. No caso da comunidade LGBT, já vimos, mas há a perseguição religiosa. O que a gente precisa entender é que a negação é a negação do indivíduo e do conjunto de seus valores culturais. Não seria a religião que seria deixada de fora. Ela é demonizada porque o indivíduo é desumanizado.

Então, não teria ele, como menos humano, a possibilidade de ter aceita uma religião. Não, de jeito nenhum. Ela também entra lá demônio. Aí você cria: um povo que trabalhou 350 anos como escravo é o único que não teria religião, não teria o plano simbólico. Por que não teria? Não teria porque eu não quero reconhecer esse plano nele, porque a dominação se faz com base nessa alegação desses valores. É uma decorrência da desumanização.

Vejam como a estigmatização é. Por isso é que ela reduz as chances de vida. Não dá para tratar a violência contra a mulher, contra o homossexual, contra o transgênero, contra o negro, contra o índio sem pensar que isso é resultado da estigmatização. Não dá para deixar de pensar que, na Lei Maria da Penha, quando a



mulher está sendo espancada, você está numa cultura que hierarquizou ali que o homem é superior à mulher. A violência é decorrente dessa violência, dessa representação.

Então, como é que eu vou trabalhar os estigmas? Nós somos um país assim, e nas escolas as crianças sabem o que é clorofila, por que a planta é verde, mas as crianças não sabem o que é melanina. Olhem como somos! (*Palmas.*) É assim que somos. As crianças não sabem por que as aparências humanas são diversas, as crianças não sabem. As crianças não sabem que aquilo que é a maior vitória da espécie humana, que é apresentar-se com a aparência diversa como resultado de sua adaptação ao Planeta, é a grande vitória da vida e da espécie humana.

A espécie da mudança por excelência somos nós, os humanos. Se nós fôssemos como o publicitário queria que nós fôssemos, nós teríamos desaparecido como espécie há milênios. Nós sobrevivemos porque contrariamos os publicitários brasileiros, porque temos diversidade. Fomos capazes de fazer as adaptações necessárias para ter o cabelo necessário, interagindo com determinado ambiente; a pele que interagisse com determinado ambiente. A pele humana é uma só, e os nossos estudantes não sabem disso.

Os estudantes pensam que as peles são diferentes, porque esse conteúdo não é tratado na mais tenra idade como deveria ser num País como o nosso, que tem o globo dentro de nós, num País que deveria dizer: *“Valorizamos a diversidade; bem-vindo à escola que valoriza a diversidade”*.

É essa que deveria ser a nossa educação, e é isto que a CPI tem que recomendar: uma mudança radical, desde a creche, no respeito ao outro e à sua diversidade. Essa é a questão central se nós queremos de fato nos debruçar sobre as causas dos assassinatos dos jovens negros! Essa é a questão central!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, posso fazer mais uma pergunta para o professor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, Deputado Jean Wyllys.

O SR. EDSON CARDOSO - À vontade. De minha parte, à vontade.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Tudo bem.



Pôr limite ao processo de estigmatização que se dá por meio de diferentes discursos implica, em alguma medida, impor limite à liberdade de expressão, e esse limite seria a dignidade humana do outro.

O SR. EDSON CARDOSO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Quer dizer, nós somos livres para dizermos o que queremos desde que a gente não desumanize.

O SR. EDSON CARDOSO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Entretanto, nesta Casa — e eu volto a falar desta Casa porque a autocrítica é fundamental —, a liberdade de expressão é muitas vezes evocada como liberdade de opressão e liberdade de estigmatização.

Não por acaso, hoje, por exemplo, inaugurou-se uma Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa, mas a liberdade religiosa está sendo vista numa perspectiva apenas unilateral, de uma religião, e está-se tratando da liberdade de essa religião continuar com seus discursos desumanizadores da comunidade LGBT e do povo de santo, sobretudo.

Então, gostaria que o senhor falasse um pouco dessa dimensão, porque às vezes as pessoas não compreendem. A gente valoriza, sim, a liberdade de expressão. Queremos um País livre, em que as pessoas se expressem, mas queremos um País em que as pessoas respeitem a diversidade humana e não entrem nesse processo de desumanização de segmentos da sociedade.

O SR. EDSON CARDOSO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, após a intervenção do Deputado Jean Wyllys, nós reabrimos aqui a inscrição.

Deputado Evair de Melo e, depois, Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Obrigado, nosso Presidente Reginaldo, saúdo aqui a nossa querida Relatora, Rosangela. É muita alegria. Eu tenho uma irmã com esse nome; então, é muito familiar.

Professor, é claro que a temática que o senhor pautou eu estava acompanhando, como a dos nobres colegas, e eu fico pensando muito — tratei disso em ocasião passada; estou propondo até uma audiência aqui com este tema — na capacidade que nós construímos neste País de desperdiçar talento.

O SR. EDSON CARDOSO - Isso, isso.



O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Quando você perde um jovem, quando você não dá oportunidade não especificamente ao jovem, mas a um brasileiro, independentemente da sua origem — e é uma alegria estar nesta Comissão ao lado do meu colega Jorge Silva, lá do Espírito Santo —, eu acho que muito da pobreza que nós construímos, em todas as dimensões, se dá ao luxo que nós temos de desperdiçar talento.

Já pautei isso. Pode ser que tenhamos perdido o médico, perdido o melhor dos professores, o melhor dos pedagogos, o melhor dos nossos líderes religiosos, o melhor dos nossos atletas, dos nossos jogadores de futebol.

Eu queria que o senhor fizesse uma reflexão a partir da Academia. O senhor tem todo esse currículo. Ou seja: como fazer esse modelo novo, sem se pautar nos problemas, mas como não perder mais talentos daqui para frente? Quando eu perco um jovem, e a maioria é de jovens pobres e negros, inteligência não tem nada a ver; isso é muito relativo.

Como, a partir da Academia, construir toda uma estrada para que esses talentos possam ser oportunizados — porque um talento vai produzir riqueza financeira, o outro, intelectual, funcional, na música, na arquitetura —, para que possamos quase que redescobrir o brasileiro? Eu acho que precisamos disso.

Até pela minha profissão — eu trabalho muito com café —, muita coisa cabe em *blend*, em mistura. Ou seja: o Brasil é esse *blend* perfeito do que o Planeta pode produzir. Estou convencido disso. Como, a partir desta nossa mistura, não desperdiçar talento mais? Como é na Academia? E às vezes eu assisto à Academia, a gente produz muito pouco disso. Estão produzindo, às vezes, no problema, na dificuldade, tratando na Polícia, na justiça, na política. E, às vezes, como o senhor falou um pouquinho, esquece-se do cidadão. Como dar oportunidade, independente do local em que se nasce, do local em que se faz? Esse é um ponto.

E um outro ponto é que o senhor falou muito dos Ministérios, foi pautado aqui. Eu tratei de infraestrutura urbana na pauta passada aqui. Ela tem impacto, sim.

O SR. EDSON CARDOSO - Tem.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Olhem onde estão os nossos prédios públicos, olhem a lógica de construção das nossas cidades, das nossas rodovias, dos nossos portos, dos nossos aeroportos.



O SR. EDSON CARDOSO - Distribuição de água, de esgoto.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Distribuição de água e esgoto.

Não tem nenhum modelo que contemple um arranjo para que essas pessoas possam se ver no mesmo espaço físico. As construções nossas, às vezes, separam, limitam, impedem. Isso tem um impacto na cidade, tem um impacto social, porque permite que uns se apresentem e que outros se escondam. E, para esses que se escondem, ali é construído todo um ambiente que permite, às vezes, um ambiente que não é o ambiente humano que a gente gostaria.

Então, queria que o senhor pautasse, a partir da Academia, essa coisa do talento como oportunidade e essa coisa do mapa físico mesmo: a partir dessa nossa dimensão, como estruturar isso para que as pessoas possam se ver numa única praça, porque eu tenho a impressão de que, se nós nos encontrássemos numa única praça, nós seríamos muito melhores do que somos hoje. Mas esses espaços não permitem, porque nós somos separados por arranjos e coisas que nos permitem viver — vamos dizer assim — em mundos até diferentes.

Parabéns pela sua exposição e pela sua visão, a partir da Academia, que soma muito!

O SR. EDSON CARDOSO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Evair de Melo, V.Exa. foi designado para coordenar no Espírito Santo, junto com o Deputado Dr. Jorge Silva, a ida da nossa CPI, no dia 1º de junho.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Opa, com muita alegria!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu penso que nós estamos fazendo discussões muito importantes, para que nós possamos entender a verdadeira dimensão do objeto de investigação desta CPI.

Primeiro, em uma audiência que houve nesta Comissão se trabalhou com alguns elementos, inclusive o dolo, ou seja, o extermínio da juventude é doloso, é uma construção que repercute a lógica da eugenia que havia ou existiu neste País de forma muito explícita no começo do século XX e foi, de certa forma, arrefecida pelo horror dos fornos crematórios e das câmaras de gás. Ou seja, pelo horror do



nazifascismo, ela foi arrefecida, mas continuou se espalhando pelos poros da nossa sociedade e invadindo os diversos terrenos, a lógica da eugenia, da necessidade de embranquecer a própria espécie. Nesta construção, teve grandes pessoas de várias áreas reconhecidas, grandes brasileiros que disseminavam a eugenia. E, portanto, não eram tão grandes esses brasileiros, porque negavam a nossa própria brasilidade.

O segundo aspecto é encarar o extermínio de jovens negros como um sintoma de uma relação social de desumanização simbólica, ou seja, há uma desumanização que vem através da estigmatização que reduz a compreensão do humano e o desumaniza. Há uma desumanização simbólica que vai se expressar depois numa desumanização literal, e que não fica no extermínio dos jovens negros, ou seja, há um rompimento da noção de humanidade. Então, portanto, é um sintoma fruto de uma construção que é a discussão que traz o Prof. Edson Cardoso. É uma discussão que precisa de políticas públicas, para que nós possamos desconstruir o que foi construído como consequência ou como continuidade das casas grandes e das senzalas que ainda existem no nosso País, de outras formas. E, às vezes, estruturada em uma forma microfísica do poder que vai invadindo, se espalhando e se naturalizando, e a sua naturalização assegura a sua perenização e a sua força.

Portanto, Prof. Edson, acho que é muito interessante que nós possamos encarar dessa forma, ou que saíamos da política de segurança, porque nós temos um fundamentalismo. Nós temos a construção de um fundamentalismo das armas e das balas que vai se expressar em vários momentos, inclusive na fala dos que dizem: “*É preciso reagir, é preciso bater em quem se dispõe a bater também*”. Ou seja, isso transforma o universo deste próprio Parlamento numa discussão não de ideias, não do debate de ideias, mas numa discussão que se resolve com a bala ou que se resolve com o punho, e não se resolve na elaboração e na construção de políticas públicas todo nível de violência que este País vivencia.

Então, acho que encarar como sintoma é absolutamente fundamental. E acho que é muito esclarecedor que nós tenhamos essa discussão, para que nós possamos traduzi-la no relatório final desta CPI e nas discussões que vão permear os trabalhos desta CPI.



E o segundo aspecto é a gente identificar essa desumanização que aqui foi falada pelo Deputado Jean Wyllys. Essa desumanização muitas vezes é proferida nos discursos, e eu digo e repito que não há inocência nos discursos, nos chistes. O fundamentalismo da bala é uma continuidade, uma perenização do extermínio de jovens negros e pobres, que nós estamos analisando nesta CPI.

Portanto, com essas considerações, acho que nós clareamos, num processo que não se iniciou hoje, mas se aprofunda hoje, os desafios que estão postos para esta CPI, para que nós possamos desconstruir os estigmas e desconstruir o nível de discriminação, porque, digo, nós não vamos construir uma cultura de paz se nós não enfrentarmos o nível de discriminação. Nós não vamos construir uma cultura de paz com o fundamentalismo da bala.

A lógica encarceradora encarcera jovens negros e pobres, que são os que estão encarcerados hoje — jovens negros e pobres. A lógica de que é preciso reagir e de que é preciso romper com toda a construção que foi feita neste País aponta, por exemplo, para a necessidade do desarmamento. É preciso romper com tudo isso. *“A bala resolve, e as grades resolvem”* — elas têm se mostrado absolutamente insuficientes e, para além disso, elas têm perenizado a lógica de discriminação e a lógica de estigma que foram construídas contra a população negra neste País.

Então, vamos apostar nas políticas públicas e vamos entender que a política de segurança recebe e lida diariamente com a falência de um conjunto de outras políticas públicas. Ela é insuficiente sozinha. As balas, as botas, as baionetas, as grades são insuficientes para a construção de uma cultura de paz.

Por isso, essa discussão desta CPI, que trata do extermínio, do genocídio de jovens negros, dialoga com a discussão da maioria penal e dialoga com a CPI do Sistema Carcerário. Ela dialoga com todos esses universos, que são extremamente cruéis, particularmente para os jovens, particularmente para os negros e particularmente para os pobres neste País.

A cultura da bala, a cultura do punho, a cultura da farda, a cultura da baioneta buscam perenizar o nível de violência que nós vivenciamos na nossa própria sociedade.

Que esses exemplos possam transbordar para toda esta Casa em todas as suas expressões!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Com a palavra a Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Prof. Edson, só para...

O SR. EDSON CARDOSO - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Como todo o mundo está voltando às perguntas, tenho uma pergunta. Dia 13 de maio: 127 anos de abolição de escravatura, uma abolição que não foi, a meu ver, completa. Não houve distribuição de riquezas.

Como o senhor encara isso no processo de construção de cidadania do povo negro? A seu ver, isso está ligado diretamente à questão não só da cidadania, mas do assassinato de jovens negros e pobres? Como é que o senhor poderia definir isso melhor para a gente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Prof. Edson Cardoso.

O SR. EDSON CARDOSO - Deputada Rosângela, que bom lembrar o 13 de maio, que será amanhã. Eu queria lembrar também os 10 anos de uma instituição muito conhecida, Campanha Reaja, que completa 10 anos hoje, e que tem dado uma contribuição inestimável à politização desse tema. Durante muito tempo, ficou a ideia de que o Movimento Negro denunciava, denunciava, denunciava, e isso ficava para lá. Eu acho que o Reaja tem dado uma contribuição extraordinária, com repercussão internacional. Eu cumprimento aqui seus integrantes e suas lideranças, na figura de Hamilton Borges, hoje estudante de Direito.

Eu penso que é preciso começar por aí, sem tomar o passado como o fator explicativo único e pronto! É claro que 350 anos de escravidão formataram o que somos. Ideologicamente, nós conseguimos, nas escolas, colocar a escravidão como se tivesse acontecido antes da construção das pirâmides do Egito. Mas não é verdade. A escravidão aconteceu ontem, está ali na esquina, e vocês viram, no Rio, no Cais do Valongo, que bastou cavar numa casa para aparecer o Cemitério dos Pretos Novos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sem falar de outra escravidão, que é o trabalho escravo...



O SR. EDSON CARDOSO - Exatamente. Sem contar que você pode encontrar, na Avenida Paulista, como o noticiário dizia outro dia, alguém com trabalho análogo à escravidão. Então, você tem uma presença, mas que dando a direção — aí, sim, Deputada — dando uma direção preferencial e definindo privilégios.

Para termos uma ideia, eu fiz uma pesquisa, por conta dos alunos, rápida, nos anúncios de escravos que fugiam e que seus proprietários anunciavam com algumas características, nos classificados, que pudessem identificar aquela pessoa. É impressionante o que uma pessoa podia fazer. Quando se olha o anúncio, são várias profissões. Eram várias profissões. A pessoa fazia tudo. Aí, de repente, vem a abolição, ele não serve para mais nada! Não serve para mais nada.

Essa aqui, essa mudança, é porque nós tivemos uma República feita por quem queria prolongar a escravidão. E nós vamos esperar 1930 para entrar num outro século, e com algumas ideias, a partir de Getúlio, algumas ideias que alcançam, como práticas políticas, a população negra. Porque até então, nós vamos, então...Lima Barreto, que vai viver esse período, morre em 26, ele vai dizer: “*A República não foi boa para os negros.*” Parece um paradoxo. Aí, o que é que foi boa? A escravidão? Não, mas você veja como ele chama a atenção para o que foi a República. A Primeira República, a República Velha, ela é terrível. Ela simplesmente exclui e coloca de lado. E o racismo se desencadeia de uma maneira terrível.

O Florestan — eu fui Chefe de Gabinete do Florestan Fernandes aqui —, o que o Florestan dizia? O Florestan dizia assim: “*Eu chorava diante dos dados desse período, pela solidão da população negra, que veio sobrevivendo por sua própria conta. Por sua própria e exclusiva conta.*” As primeiras 3 décadas após a abolição foram um abandono absoluto! Foram um abandono absoluto!

Então, a gente precisa entender que aqui é um peso enorme da escravidão, mas não é só a escravidão responsável pela reprodução dessas desigualdades. A gente precisa compreender os mecanismos contemporâneos que asseguram essa reprodução. Ora, eu dizia que, por exemplo, a invisibilidade nos meios de comunicação, ela é morte simbólica. Ela é autorização para a morte física. No mercado de trabalho, o impacto dela é direto. Eu acabei de falar dos portadores de deficiência. Muda a representação, tem impacto na exclusão. Se você mudar a



representação, os modos de representação da população negra, você tende a ter impacto, inclusive, no mercado de trabalho. Não é assim: “Os negros precisam é de educação”. Não, não é só de educação. Precisam ser vistos como pessoas que nasceram livres e iguais às outras. Essa é a questão. Dotados de todas as possibilidades.

E aqui eu já entro na outra questão levantada pelo Deputado. Quando a gente se debruça sobre o futebol, a história do futebol é rica por isso. Porque nós tínhamos barreiras raciais no futebol. Quando a gente rompe as barreiras raciais...Eu não estou falando que a gente acabou com o racismo no futebol, mas que a gente rompeu as barreiras, ou seja, o impedimento de que aquelas pessoas pudessem jogar futebol.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E atletas negros.

O SR. EDSON CARDOSO - Aí você tem os talentos e as vocações que se manifestam, a ponto de que você monta uma seleção em que existe a diversidade da população, e aí o Brasil é o melhor futebol do mundo, não é isso? Reconhecido como uma prática diferenciada desse esporte. Com todos os problemas que nós temos — corrupção, 7 a 1 da Alemanha, não sei o quê, má gestão... Nós temos o problema de gestão, mas temos o reconhecimento de que o futebol que praticamos ensinou o mundo a jogar futebol. Nós não inventamos o futebol, mas é o futebol brasileiro que vai dar um papel para a sociedade.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - A nossa diversidade nos deu um talento diferente, então.

O SR. EDSON CARDOSO - Não tenha dúvida.

Por exemplo, peguemos o caso do Ramires, um rapaz que foi servente de pedreiro no interior do Rio de Janeiro. Quais seriam as possibilidades do Ramires numa sociedade como a brasileira? Talvez chegar a pedreiro; talvez, a gente não tem certeza.

O que a *Folha* disse de Amarildo foi: “Amarildo, 45”. Esse era o nome do editorial. Disse que ele tinha 45 anos e era servente de pedreiro — sua idade e sua função. Silenciou sobre o conjunto do que é Amarildo. Na comunidade estavam os familiares de Amarildo, com os quais ele interagia. Era um ser humano, com família,



com possibilidades. Ele foi reduzido a uma função. Nem a cor de Amarildo é considerada relevante; é o que eu queria responder ao Deputado que saiu.

Como é que pode a gente não experimentar pensar o seguinte, não perguntar primeiro, diante de montanhas de cadáveres negros: será que a cor não é uma variável importante para esse resultado? A gente precisa experimentar pensar assim, precisa abandonar aquele lugar que é só negação — o problema é a pobreza, o problema é a falta de educação, o problema é que ele mora num lugar muito vulnerável, o problema é isso e aquilo — e pensar qual o peso da variável cor, logo, do racismo, no destino desses jovens. Essa é a questão.

A gente precisa experimentar pensar assim. A CPI tem que experimentar essa perspectiva, senão ela não vai apresentar resultados. Ela vai se esconder dizendo: *“É preciso combater a pobreza, é preciso combater a desigualdade”*. Ela não irá considerar a variável que torna tudo isso operativo de um modo extremamente cruel, que é dizer à pessoa que, definitivamente, ela é portadora de um estigma que a inferioriza para sempre, pela sua natureza biológica. Essa é a questão.

Então, nós precisamos afirmar a igualdade de todos. Essa afirmação, de 1794, na França — aliás, de um pouco antes de 1794, desculpem-me, quando da revolução —, é uma afirmação revolucionária no Brasil. Tomar essa perspectiva de que todos nascem livres e iguais muda tudo, no Brasil. Muda tudo! Muda tudo! Tomar, de verdade, esse lugar como lugar para pensar a sociedade muda tudo. É isto que nós precisamos provocar, como desafio: pensar como humanos e iguais, iguais em possibilidade de realização e talento.

Ora, que argumento se tem usado, Deputado? Primeiro, usou-se o impacto sobre a saúde, chamando a atenção do Estado para o fato de que o impacto dessas mortes na saúde é violento — saúde pública, recursos públicos do Governo. Depois, fez-se cálculo no IPEA sobre o impacto no PIB, e a CPI tem que correr atrás desses dados para convencer pessoas resistentes de que o assunto ultrapassa a área da segurança pública. Tem origem ali. É fundamental compreender que os assassinatos têm responsáveis, que os responsáveis precisam ser punidos, mas não se pode tratar o assunto como exclusivamente da área da segurança pública. Tem-se que ver as suas consequências no País como um todo.



Então, é necessário mostrar que a atrofia, essa atrofia da vida... Pensem em um órgão atrofiado, pensem em um órgão que não tem o desenvolvimento pleno. Eu peço que pensem nisso para sugerir: agora pensem um país que atrofia as possibilidades da maioria da sua população. Se vocês pensaram em um membro atrofiado, sabem bem a redução das possibilidades de uma pessoa que tem um membro atrofiado. Ela vai ser uma pessoa que vai lutar para dar um resultado que ela poderia dar com mais facilidade se tivesse um braço normal, por exemplo. Ela vai dar resultado? Vai. Ela vai ser socialmente útil? Vai. Mas há algo que ficou atrofiado.

Pois bem, eu quero que vocês pensem como é que se projeta um país que é capaz de atrofiar suas possibilidades à medida que marginaliza, que estigmatiza exatamente a maioria da sua população. É como se o País desejasse trocar a população — *“essa população tem que ser abandonada, tem que ser largada”*. É assim que nos comportamos quando não universalizamos a creche, é assim que nos comportamos com as escolas que temos, com a ausência de saneamento que temos. Parece que desejamos, no fundo, é ter uma outra população.

O Deputado fez alusão à segregação socioespacial. Ele chamou a atenção para a necessidade de se discutir com o Ministério da Infraestrutura. Eu acho importante. Mas a segregação é socioespacial e sociorracial. As nossas cidades têm claramente *apartheid* — os bairros separados. Você vai ver uma mancha aqui e uma mancha ali, mas percebe claramente que a segregação é rígida. O acesso à água em determinados bairros de Salvador, por exemplo. Em um bairro cuja maioria da população é negra, você vai ver que não se tem acesso à água como se tem em outro bairro cuja maioria da população não é negra. Isso na mesma cidade.

Então, a distribuição dos recursos é desigual, a distribuição das possibilidades é desigual. Nós convivemos com isso e nós consentimos isso. Esta é a questão: nós consentimos. E, também, é um país feito para poucos, porque, *a priori*, exclui, pela marca biológica, a maioria. Essa é a questão central.

Há uma questão levantada pelo Deputado Jean Wyllys, que eu anotei. O problema é que, como é muita gente, eu posso... Sim, liberdade de expressão. Eu tive uma discussão com um político, uma vez, que escreveu um artigo para um jornal aqui de Brasília. Eu estou em Brasília já há muitos anos, trinta e tantos anos. Enfim,



eu tive uma discussão com um político que escreveu um artigo defendendo a liberdade de expressão até para os nazistas e os fascistas. Ficava tão chique dizer isto: *“Eu defendo a liberdade de expressão pra todo mundo”*. Aí eu fiquei perguntando — eu queria provocar: o nazismo chamou alguém para debater suas ideias? Alguém conhece essa prática do nazismo e do fascismo, fazer um seminário, discutir suas ideias? Não. Eu conheço as práticas do nazismo e do fascismo. A expressão deles se dá através da prática, das ações. Então, tem-se que estabelecer limites, sim, a essa expressão. Então, existe limite. Quando a expressão de um grupo é matar o outro, é evidente que eu tenho que estabelecer limite. Se o foco é incitar a morte, incitar a agressão, estigmatizar, reduzir, evidentemente eu tenho que estabelecer limite, porque isso terá consequências, vai reduzir chances de vida do outro grupo.

A liberdade de expressão, então, não é absoluta. O limite é o outro, mesmo; o limite são os direitos do outro. Senão, eu fico com uma frase bonita: *“Eu defendo a liberdade de expressão para todo mundo, inclusive para o nazismo, para...”*. Ah! Lindo, isso! Pois faça isso que você vai ver que debate lindo eles vão fazer com você. Não há debate nenhum; a história já mostrou. Então, é preciso limitar, sim, essa expressão.

Do desperdício de talentos eu tratei. Eu queria aproveitar o momento agora para cumprimentar a Deputada Benedita da Silva, a quem eu já tinha feito referência. Ela é responsável por minha indicação aqui. Que bom que ela conseguiu se desvencilhar de outros compromissos e chegou ainda a tempo de fazer a sua intervenção.

É um prazer revê-la, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Boa tarde a todos e todas!

Na verdade, eu estou meio impossibilitada de fazer debate. Eu estava com suspeita de dengue. Só vim porque gostaria de agradecer-lhe, Prof. Edson Cardoso, e para dizer que é muito importante para nós, para esta CPI, ouvi-lo, por sua experiência, por seu acúmulo, e por saber que tem uma contribuição grande para nos dar, na medida em que esta CPI vem proporcionando aqui belos debates, e tem



sido altamente didática, e do ponto de vista também da comunidade negra, porque nós não temos uma maioria nesta Casa. Mas sabemos que, fora desta Casa, nós temos as cabeças pensantes. E, nesta Casa, os poucos que somos também são cabeças pensantes; claro, cada um com a sua ideologia, mas são cabeças pensantes. E precisamos, como cabeças pensantes, tomar para nós essas bandeiras que são importantes.

Essa violência contra a nossa juventude negra e pobre, o que é isso? Para onde isso vai? Quais os instrumentos que nós temos? Isso é importante. Não é um problema lá do jovem, do negro, assim como não é um problema do homossexual, não é um problema do religioso. A gente começa a transferir responsabilidade nossa, quando se trata do direito e da liberdade do outro.

Então, esta CPI chegou em boa hora. O Deputado Reginaldo Lopes tem feito um belíssimo trabalho. Acho que escolheu uma excelente Relatora. Tem feito uma ótima articulação com diferentes segmentos. Creio que esta CPI é rica de conteúdo. Temos várias representações dos partidos nesta CPI. Para esta Comissão, seria um prejuízo não tê-lo aqui conosco, para não só dar-nos informações, mas, sobretudo, ajudar-nos nas orientações.

O SR. EDSON CARDOSO - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Tenho certeza de que a nossa Relatora Rosângela Gomes deve ter bebido bastante nesta fonte que é o Prof. Edson Cardoso. Lamento realmente não ter podido estar aqui. Eu estava no serviço médico. Ele já me deu licença, mas eu fui fazer um pequeno repouso, porque esta Casa está votando matérias de grande importância e a gente não pode ficar fora dessas votações. Então, eu fui repousar um pouco para poder enfrentar o Plenário. Mas não poderia deixar de estar aqui para agradecer-lhe. Muito obrigada.

O SR. EDSON CARDOSO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Pergunto ao professor se quer fazer as suas considerações finais.

O SR. EDSON CARDOSO - Sim, farei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, passo a palavra ao Prof. Edson Cardoso.



O SR. EDSON CARDOSO - Eu não fiz alusão à fala da Deputada Erika Kokay, primeiro, porque concordo com a forma como ela expôs. Eu acho que ela fez uma síntese muito boa e chamou atenção para dimensões que precisamos considerar. E agradeço a intervenção dela. Ela também nos orienta.

Como consideração final, penso que a Comissão pode falar ao País algo: uma resposta que precisa ser dada, vejam bem, antes mesmo do relatório. É a atitude, é a postura, é o desenvolvimento real dos trabalhos. Eu disse, no princípio, que eu temo muito, na política, certos movimentos que parecem acolher um tema, mas às vezes só acolhem o tema para evitá-lo. Eu disse a vocês que eu fico, assim, com um certo receio. Quem luta com esse tema do enfrentamento ao racismo há tanto tempo sempre fica com o pé atrás. Mas eu vejo aqui disposição para tocar, de fato, as coisas.

Vejam só, para mim, há um plano simbólico e imediato. Por que consentimos essas mortes? Ora, a Comissão precisa dizer: *“Nós não consentimos!”* Essa é que é a questão. A Comissão tem que dizer: *“Nós não aceitamos mais nenhuma morte!”* Alguém tem que falar isso. Esta Comissão, com representantes de diferentes Estados, com personalidades conhecidas nacionalmente, precisa dizer: *“Nós não consentimos! Nós não aceitamos!”* É isso que não é dito.

Impunemente se mata. Impunemente se destroem famílias. Se eu fosse listar os nomes aqui, se eu fosse falar de nomes — Floquet, no Calabar; Estela, no Morro do Tuiuti... São listas imensas, há décadas, de cadáveres de todas as idades! Desapareceram pessoas! O IBGE já fala em vazio demográfico. Faltam pessoas nessa faixa etária, porque foram assassinadas. Há um vazio já nessa faixa etária.

Vocês precisam entrar num cursinho pré-vestibular na periferia de Salvador à noite e ficar procurando um rapaz. Vocês vão ver moças, mas não vão ver rapazes. Certo? Então, você sente a ausência de pessoas. Isso é real! Quem vai dizer: *“Nós não consentimos interromper essa aprovação que faz com que isso aconteça!”?*

Contratem um publicitário! Façam uma campanha! Façam com que a Comissão sinalize através de imagem! Usem os recursos possíveis para isso! Mas eu acho que é preciso dizer: *“Chega! Acabou! A Câmara dos Deputados quer acabar com isso!”* Nós precisamos dizer isso.



Eu acho que é preciso esse empenho, essa força, para não se ficar, assim, perdido no meio do corredor. Não, é preciso alguma coisa que chame atenção para a singularidade de uma Comissão que quer avaliar mortes passadas, presentes e impedir as mortes futuras. Vocês se reuniram ontem de manhã. Saíram de Salvador, e já houve um assassinato. Certo? São as mortes futuras. Hoje, deve estar acontecendo um assassinato, dois, três, quatro.

Então, nós precisamos dizer: “*Chega!*” Temos que sinalizar nessa direção, um movimento, uma campanha. Esta Comissão tem todas as condições de impulsionar essas possibilidades. Essas seriam as minhas últimas palavras — de confiança!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, professor. O que eu posso lhe dizer, acho que pela posição aqui da maioria — é evidente que nós não votamos o relatório, nem a Relatora o apresentou —, é que cresce um consenso de reconhecer que existiu e existe um genocídio e, é evidente, de apontar para que não haja mais no futuro. Eu acho que essa é uma construção que cada dia fica mais forte nesta CPI.

É evidente que vamos também propor um conjunto de ações. A ideia é que a gente possa entregar isso. Ontem, eu conversei muito com a Relatora no aeroporto — vou fazer uma confissão aqui —, ficamos lá umas 3 horas, 4 horas, devido ao excesso de chuva no Estado da Bahia, e disse a ela que esta CPI precisa, e vamos dialogar com a Casa uma prorrogação... Na minha opinião, nós não podemos desconsiderar o fato histórico desta CPI. Esta CPI não é uma conquista dos Deputados que participam dela, mas dos movimentos que trabalharam esse tema e que reconhecem que há genocídio há mais de 30 anos no Brasil, em relação à população negra.

Portanto, eu acho que seria fundamental que as nossas proposições pudessem ter um prazo para serem submetidas também à sociedade civil organizada que trabalha com o tema, porque nós estamos aqui é para representá-los, não é para substituí-los. E esta CPI precisa ter a coragem de manifestar o que a sociedade civil, na sua longa trajetória, reconhece em relação a violações dos direitos da população negra neste País. Então, essa eu acho que deveria ser um pouco a nossa posição que queremos construir.



Por último, quero agradecer ao senhor a belíssima, extraordinária, contribuição, em nome de todos os membros desta CPI.

O SR. EDSON CARDOSO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E quero dizer ao Plenário que, com relação ao planejamento do roteiro de trabalho, eu acho que a gente deveria estruturar as próximas audiências em três eixos. Foram vários requerimentos aprovados, e é importante que a gente organize as audiências. Então, eu acho que tinha que haver um eixo da questão das condições da juventude. E nós combinamos aqui, na reunião passada, convocar — eu acho que é convocar mesmo — os 14 Ministérios envolvidos no Plano Juventude Viva para estarem aqui. Poderíamos, em quatro audiências, com quatro Ministérios, avaliar quais seriam as pactuações para o Juventude Viva e também para um plano nacional de enfrentamento dos homicídios, quais são as contribuições reais desses 14 Ministérios que estão no desenho, no pré-arranjo do Juventude Viva, para a nossa elaboração do plano nacional que a CPI propõe apresentar no final, como uma política do Estado, e não apenas do Governo da Presidenta Dilma. Então, este seria um eixo: nós organizaríamos quatro audiências de três a quatro Ministérios, usando a metodologia que estamos distribuindo para os senhores e as senhoras, que são esses livrinhos do Juventude Viva.

A segunda rodada é um modelo de policiamento. Traríamos para cá, então — nós aprovamos um requerimento de minha autoria hoje —, todas as associações de soldados e praças. Vamos organizar isso na quinta-feira e vamos começar o debate, junto com todos os Secretários, porque nós queremos ouvi-los. Acho que têm que ser convocados os Secretários Estaduais de Segurança Pública. Por quê? Em todos os Estados, eles estão mandando representantes, os Secretários Estaduais de Justiça participam, mas os Secretários de Segurança Pública não. Eu entendo. No Estado, nós estamos priorizando muito ouvir familiares de vítima e também os movimentos organizados, que estão certos, estão exigindo seus direitos, e, na concepção dos Secretários, pode-se dizer que eles estão radicalizados.

Nesse sentido, então, nós vamos convocá-los para estarem aqui e vamos agrupá-los, porque queremos ouvir: por que deu certo, por que deu errado, onde diminuiu a violência, por que não, por que se mata. Temos que cobrar. Acho que, aí,



sim, entra o nosso papel de CPI. Então, vamos agrupar os Secretários Estaduais aqui em várias audiências.

Por último, a estrutura da justiça criminal, que não funciona para julgar crimes contra a vida, só patrimônio. Então nós também temos que convocá-los.

Eu pergunto aos senhores e às senhoras que estão aqui, os nossos Deputados e Deputadas e a Relatora: podemos desenhar as próximas audiências nesse sentido? Por quê? Como nós estamos indo a todos os Estados, vamos priorizar ouvir todos os movimentos organizados nos Estados. Eu acredito que, se fizermos as 27 audiências, nós vamos ouvir mais de 500 instituições que trabalham na rede, que militam, os representantes de familiares vítimas de violência.

Nesse sentido, nós teríamos 2 meses de muito trabalho, do ponto de vista mesmo do exercício da nossa prerrogativa, enquanto CPI, para avançar na elaboração dos projetos futuros que nós temos que apresentar para a sociedade brasileira, em especial para os movimentos sociais.

Requerimentos nós temos nesse sentido, o que precisamos fazer é agrupá-los. Há vários requerimentos apresentados, e nós combinamos de retirá-los de pauta, porque convocavam um Secretário e o outro não. Não teríamos aqui nenhum tipo de patrulhamento ideológico e partidário; os convocados são todos.

Vai nesse sentido o que apresentaríamos na próxima reunião, e eu defendo que eles sejam convocados e não convidados, inclusive quanto aos Ministérios. Pode ser o Ministro ou alguém que tenha condições de responder sobre o que eles acham, sobre quais devem ser as ações para reverter as condições juvenis no Brasil.

Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu concordo e parablenizo V.Exa. por essa iniciativa. Só queria deixar um recado ao Prof. Edson.

Prof. Edson, infelizmente, esse espaço aqui é uma arena. Na correlação de forças, há muitas forças se opondo aqui dentro. Se, por um lado, estamos nós interessados em um país melhor, um país de todos, um país em que todas as pessoas sejam tratadas dignamente, sejam consideradas dignas, a despeito das posições de sujeito que ocupam, há pessoas aqui que querem a manutenção do



status quo, como você mesmo falou, é uma questão de privilégio. Modificar este País é reduzir o privilégio de algumas pessoas, e alguns resistem.

Então, lamentavelmente, não podemos falar em nome de todo o Parlamento, de toda a Câmara dos Deputados. Fazemos essa disputa aqui dentro, a própria instalação da CPI foi fruto de uma disputa em que saímos vitoriosos. Dentro da CPI, há resistências, inclusive a reconhecer o corte de raça nesse extermínio.

Então, nós vamos nos mobilizar no que pudermos, no aspecto político, legislativo, cultural, na relação com os movimentos sociais, com outros setores da sociedade que possam empreender campanhas, que lutem contra o estigma.

Vamos realizar, na próxima quarta-feira e quinta-feira, o XII Seminário LGBT da Câmara, cujo tema é empatia. O *slogan* é *Empatia, a verdadeira revolução*. E vamos tratar de todos esses grupos estigmatizados, difamados e vítimas de violências: a população negra, o pobre, as mulheres, os povos indígenas, o povo de santo, a comunidade LGBT, os cristãos também, que são alvo de ódio. Ou seja, vamos tentar fomentar empatia.

O Brasil está passando por um momento difícil, um momento de grande polarização política, em que as pessoas não se ouvem, as pontes estão sendo destruídas. É preciso trazer essa cultura da empatia, colocar-se no lugar do outro. Então são ações que estamos fazendo para além da questão legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Serei rápido, Sr. Presidente.

Ouvimos aqui, da academia, os estudiosos falarem sobre a questão da violência, as estatísticas sobre a violência, mas nós precisamos também ouvir da academia algo sobre controle policial. Uma instituição que detém o monopólio da força e da violência e não tem nenhum controle social sobre a polícia... Eu acho que é preciso também verificar em que momento nós vamos chamar a academia, para que ela nos indique caminhos a fim de que haja um controle social da força policial no Brasil. Eu acho que nós precisaríamos ouvir algum especialista nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Deputado Bacelar, V.Exa. poderia inclusive apresentar alguns requerimentos.

O SR. DEPUTADO BACELAR - Eu vou pesquisar, para depois sugerir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu estou apenas dizendo que V.Exa. é muito hábil. Falei ao Deputado Bacelar: *“Não sugira nada, que você sai com uma tarefa”*. (Risos.)

Primeiro, eu gostaria de argumentar que o professor falou uma coisa verdadeira. Há uma intenção, de fato — e aí eu caso com a discussão do dolo e da lógica eugenista deste País —, de realmente transformar a população. E esse processo de desumanização não atinge apenas as pessoas que estão dentro do universo dos estigmas que foram construídos e da subalternização que foi estabelecida. Esse processo atinge quem desumaniza, não é? Quem desumaniza também se desumaniza. Portanto, cria-se um processo de retroalimentação dessa desumanização, da coisificação dos seres humanos.

E eu acho que nós deveríamos, sim, trabalhar com essa perspectiva do basta, mas é preciso considerar isso que foi falado da disputa diária que existe, com toda a sorte de fundamentalismo, particularmente o fundamentalismo da bala que justifica as mortes. O fundamentalismo da bala justifica as mortes. E aqueles que trabalham com o recrudescimento — é uma pauta muito bem articulada nesta Casa — têm como instrumento de articulação, penso eu, a própria Presidência, que estabelece uma agenda de recrudescimento penal, e nós sabemos a quem vai penalizar. Quem vai ser alvo do recrudescimento penal?

Então, em contraposição ou na busca de dar uma resposta à sociedade, que anseia alguma coisa... Quando a sociedade diz *“algo precisa ser feito”*, nós temos um nível de angústia e de desespero, que é também um caldo de cultura para apresentação de projetos que seguem uma lógica fascista. Algo precisa ser feito! São condições muito propícias e muito férteis para que lógicas fascistas se desenvolvam; é um pouco o risco que nós corremos neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, acho que nós deveríamos sugerir a construção de pactos. E os Estados têm que fazer pactos: pactos do Poder Judiciário, pactos do Poder Legislativo, pactos do Poder Executivo. E têm que prestar contas!

Nós temos o programa Juventude Viva. Mas é um programa a que as Unidades da Federação aderem de forma diferenciada, de acordo com a sua



preocupação, ou com as circunstâncias, muitas vezes, ou com o comprometimento que têm com o enfrentamento do genocídio. Eu penso que deveria haver pactos.

Nós não podemos permitir — eu concordo exatamente com o que você falou — que isso aconteça. O nosso silêncio contribui para que haja a permanência, porque naturaliza. O silêncio naturaliza o extermínio de jovens negros.

Então, eu penso que nós deveríamos trabalhar com isso. Nós vamos chamar aqui os Secretários de Segurança, os Secretários de todas as Unidades da Federação. Nós deveríamos trabalhar com a construção de pactos. Eu quero que a Unidade da Federação faça o pacto do Estado com os diversos segmentos e que, a partir desse pacto, se construam planos de enfrentamento.

Nós temos Estados com um processo ruidoso. É aquilo que Florestan Fernandes falava; é o que você dizia sobre a fala do Florestan Fernandes; é um pouco isso. Levaria cada um de nós às lágrimas. Isso é o que acontece particularmente com o recrudescimento em determinados locais.

Que nós pudéssemos, então, construir esses pactos e, desses pactos, pudéssemos construir um plano de metas. Enfim, é possível que haja estímulos do próprio Governo Federal na elaboração desse plano de metas, que precisam ser objeto de prestações de conta.

O Juventude Viva é um pouco isso, traz essa possibilidade, mas é uma possibilidade de acordo com a lógica. E alguns gestores acham que é mais fácil o recrudescimento penal, ou a diminuição da maioria penal, ou a concessão de mais do mesmo, o encarceramento. Mas estamos caminhando para ser a terceira maior população carcerária do mundo, segundo dados extraoficiais.

Portanto, é preciso que se inverta a lógica, e eu acho que esta CPI contribui para isso. Primeiro, a existência desta CPI já é um contraponto, porque dá visibilidade. Ela diz que há um genocídio negro, um extermínio negro, portanto, ela desnaturaliza e leva à reflexão. Mas, se nós pudéssemos, daqui, construir esses pactos, ainda que não consigamos em todos os lugares, mas pactos do Estado, com planos de metas e com prestação de contas periódicas ao Legislativo, aos conselhos populares, eu acho que avançaríamos bastante, para além da norma programática, para a obrigatoriedade cidadã e de construção do enfrentamento real do extermínio.



Era esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só um acréscimo, Sr. Presidente, para o Prof. Edson Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ele vai fazer a segunda consideração final.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É só uma fala para que o Prof. Edson Cardoso saia daqui com a consciência de que aqui é uma arena, há uma disputa permanente. A Comissão destinada a avaliar a redução da maioria penal convocou, foi sua primeira convocação, para falar na Comissão, três apresentadores de programas sensacionalistas que trabalham na estigmatização da juventude negra, que associa pobreza, negritude e violência.

Amanhã, estará aqui Datena, que é apresentador de um desses programas. E eu soube que também foi convocada Raquel Sheherazade e uma outra pessoa, cujo nome eu não me lembro agora. Mas os três trabalham nessa linha da estigmatização da população negra, pobre e moradora da periferia como uma população perigosa e sobre a qual tem que se jogar as forças de repressão, as forças de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Erika Kokay, eu acho que, ao fazermos um novo pacto federativo, na Constituição, compartilhando as responsabilidades, temos que constitucionalizar a obrigação de Estados elaborarem planos estaduais e planos municipais, com participação popular, não de agentes da segurança pública, com controle externo e monitoramento. Então, é isso que eu defendo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E obrigatoriedade de prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, para as Assembleias e para as Câmaras Municipais.

Eu quero presentear o Prof. Edson. Eu acho que o nosso professor já conhece estes livrinhos. Nós hoje distribuimos a todos os membros da Comissão cinco livrinhos: este trabalho do Juventude Viva, *Índice de vulnerabilidade Juvenil à*



Violência e Desigualdade Racial 2014; Mortes Matadas por Armas de Fogo — nós estamos aí no debate sobre o Estatuto do Desarmamento; *Mapa do Encarceramento*; e *Mapa da Violência* — um de 2013 e outro de 2014. Então, nós queremos, como um gesto simbólico da Comissão em agradecimento por sua presença, lhe presentear. Muito obrigado.

O SR. EDSON CARDOSO - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Presidente, eu posso fazer as minhas considerações também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

Com a palavra a Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Quero só agradecer ao Prof. Edson... Cardoso, quase falei “Gomes” também, por osmose. Penso que o senhor deve ser da minha família por osmose. Eu queria agradecer a sua contribuição, que foi realmente importantíssima...

O SR. EDSON CARDOSO - Obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - ...até para que possamos fazer uma reflexão mais acentuada, apurada, de forma bem positiva e brilhante.

A Deputada Benedita colocou que conhece o senhor há mais tempo, que conviveu com o senhor.

O SR. EDSON CARDOSO - Desde a Constituinte.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Desde a Constituinte.

Aonde eu vou, eu tenho orgulho de dizer que há muitos anos eu tinha a Bené — eu a chamo dessa forma tão carinhosa, e ela sabe disso — como referência, e contei isso a ela. Eu dizia que, quando eu crescesse, eu queria ser como ela por tudo o que ela representa para o povo negro do nosso País.

Eu queria parabenizar todos pela escolha, pela aprovação, pela deferência, Benedita, e também pela sua fala, professor.

A preocupação do professor é que esta Comissão, que é tão importante e relevante não só para esta Casa, mas para o País... Ontem, nós vimos isso em Salvador, quando representantes de várias instituições, o Hamilton, do movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, a Ednéia, da UNEGRO, de Salvador, e tantos outros — não é, Bacelar? —, falaram o quanto foi importante o primeiro



passo, a CPI ser aprovada, instalada, estar trabalhando, indo aos Estados como instrumento de apoio à luta, como a voz daqueles que não são ouvidos e que não têm apoio.

(Não identificado) - É um marco, sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - É um marco, como o senhor está colocando, a participação de diversas instituições. Nós vimos isso ontem em Salvador, também no Rio de Janeiro. Acredito que, em Alagoas, na semana que vem, não vai ser diferente.

Que não percamos o foco, porque o senhor colocou, com muita propriedade, o quanto é importante fazermos e divulgarmos esse trabalho, fazermos um barulho com relação a essa discussão, que é importante para a sociedade e principalmente para o nosso povo negro, porque, o dia em que nós negros descobrimos a força que temos, eu acho que nós passaremos a governar este País de ponta a ponta. E é preciso que nós falemos isso para todos. Agora, não podemos perder o foco. Independentemente, como Benedita colocou, de ideologia, de setor, de religião, de qualquer coisa, que discutamos o problema, que é a questão de assassinato de jovens negros e pobres.

Então, era essa a nossa contribuição. Eu sempre digo que o nosso relatório está sendo produzido com muita responsabilidade. Nós estaremos trabalhando dessa forma, dessa maneira, com muita coerência, com muita responsabilidade, porque nós somos contra qualquer tipo de violência, qualquer tipo de assassinato. Nós não toleramos qualquer tipo de assassinato, seja quem for. Então, era essa a nossa fala e a nossa contribuição, mais uma vez, ratificando, Presidente, a nossa responsabilidade de forma bastante neutra para que o trabalho seja benéfico para aquele que verdadeiramente precisa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós é que agradecemos a dedicação, o empenho e o entusiasmo de V.Exa. Temos certeza de que o relatório vai representar a convergência das diversas falas, das diversas opiniões. Muito obrigado.

Quero agradecer a presença das Sras. e Srs. Parlamentares, das assessorias e dos demais presentes.



Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando uma nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 14, às 9 horas e 30 minutos, em plenário a definir.

Boa noite a todos!